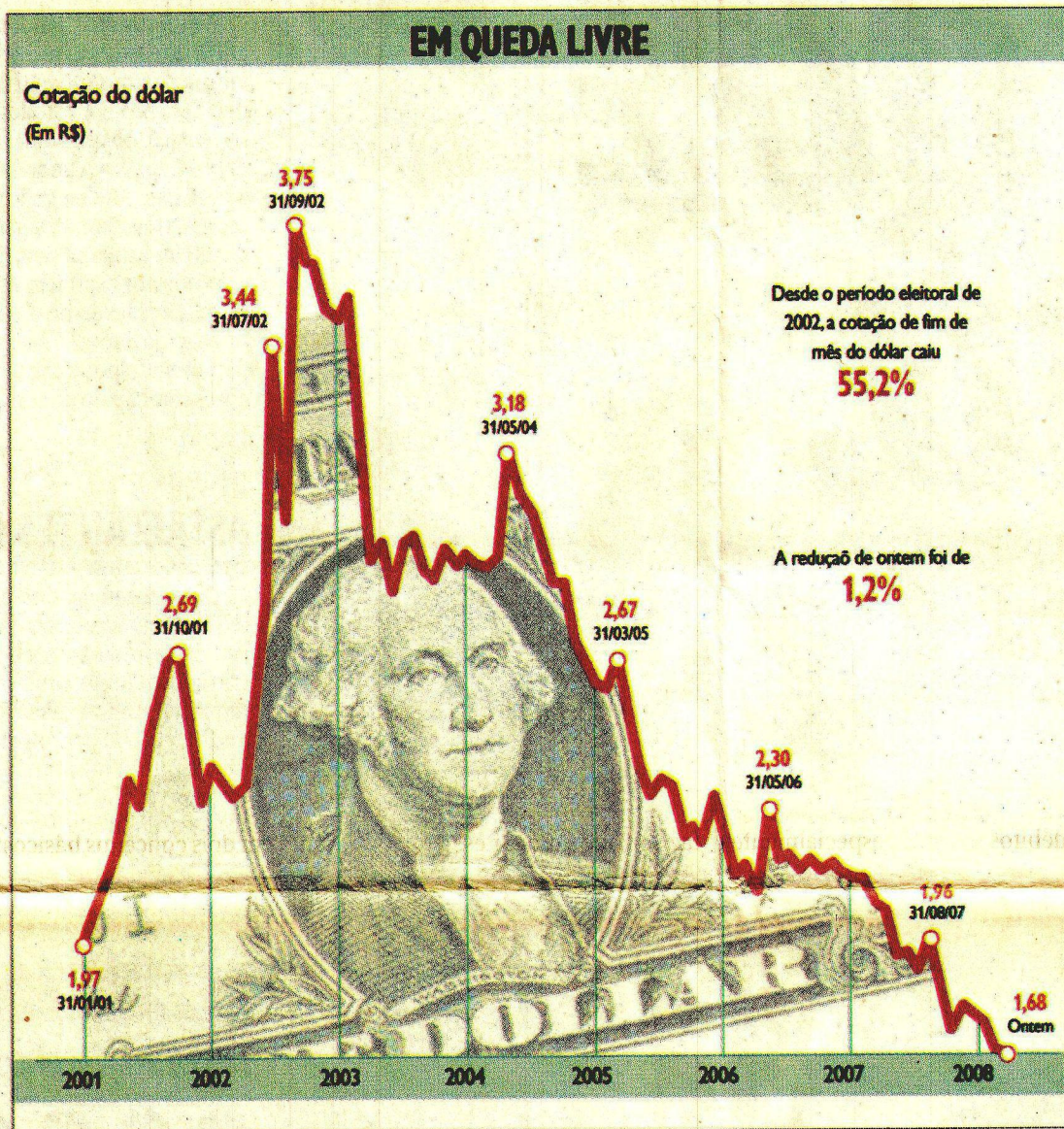


# Uma ajuda oficial

EDNA SIMÃO E  
RICARDO ALLAN  
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo quer autorizar os exportadores a manterem no exterior até 100% do que recebem com a venda de seus produtos. E cobrar IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) das aplicações feitas por estrangeiros em renda fixa (principalmente títulos públicos). Tudo no esforço para frear a queda da cotação do dólar, que já despencou 5,3% este ano e assusta o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo é diminuir o volume de divisas que entram no país, forçar a valorização da moeda e aumentar a competitividade dos produtos nacionais. As medidas poderão ser anunciadas ainda hoje. Na avaliação de analistas ouvidos pelo Correio, entretanto, o efeito será praticamente nulo. Tanto é que ontem, a cotação da moeda norte-americana simplesmente ignorou as notícias de ajuda e caiu 1,23%, sendo vendida a R\$ 1,6850.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, até negou a existência de um "pacote", mas admitiu que a cobertura cambial para as exportações pode acabar. A idéia é liberar os exportadores de trazerem os dólares para o Brasil. "É até possível que possamos acabar com a cobertura cambial. Na lei das ZPE (Zonas de Processamento de Exportações), que está em tramitação no Congresso, já existe esse dispositivo. Concor damos em acabar com a cobertura cambial para todos os projetos de exportação. É possível que venhamos a implantar isso", disse ontem. Na legislação atual, os exportadores podem manter até 30% das suas receitas no exterior, mas o dispositivo não tem sido muito usado. Os empresários



preferem entrar com a maior parte do dinheiro no país e lucrar com as altas taxas de juros.

Outra medida em avaliação, segundo um representante do governo que participou das discussões, é que o governo passe a cobrar o IOF dos estrangeiros com aplicações em renda fixa (títulos públicos). A medida também ajudaria a compensar o fim da Contribuição Provisória sobre

Movimentação Financeira (CPMF). Antes essas operações eram sujeitas à CPMF e, atualmente, estão isentas de qualquer tributo. A alíquota ainda não foi definida. "Não haverá impacto nas negociações feitas em bolsa", destaca a fonte do governo. "As medidas não terão implicação de curto prazo e não vão na direção de uma alteração brusca no câmbio. Os aperfeiçoamentos

servirão para fomentar as exportações", complementa.

## Isenção de IR

Também está sendo estudada a possibilidade da volta da cobrança do Imposto de Renda (IR) de 15% sobre a compra de títulos públicos por investidores estrangeiros. Mantega não quis confirmar se o governo vai voltar a aplicar o IR, taxa que foi suspensa

## O QUE ESTÁ EM ESTUDO

- Fim da cobertura cambial sobre as exportações. Atualmente, os exportadores podem manter até 30% das suas receitas no exterior. A idéia é elevar esse valor para 100%.

- Cobrar Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de investidores estrangeiros com aplicação em renda fixa, principalmente títulos da dívida pública.

- Repor a alíquota de 15% de Imposto de Renda sobre ganho de capital para estrangeiros com investimentos em títulos da dívida pública.

- Desoneração de impostos no âmbito da política industrial

em 2006 como forma de estimular os investimentos nos papéis do governo. Na avaliação de membros da equipe econômica, a medida foi benéfica, pois estimulou a emissão de títulos de longo prazo, com taxas de correção prefixadas (acertadas no momento da venda), e de papéis vinculados a índices de preços. Isso melhorou o perfil da dívida.

Agora, entretanto, alguns

técnicos do Ministério da Fazenda acreditam que o dispositivo está ajudando a puxar o dólar para baixo. Segundo dados preliminares, o estoque de títulos nas mãos de estrangeiros subiu de R\$ 7 bilhões para R\$ 57 bilhões. "Quando houver alguma medida, serei o primeiro a anunciar. Por enquanto, são apenas especulações", afirmou o ministro sobre o retorno do IR. Um representante do governo, que participou das negociações, frisou, no entanto, que o mais provável é que o estrangeiro seja tributado pelo IOF.

Mantega admitiu que a moeda norte-americana está "derretendo" e que o governo está permanentemente de olho nisso. "O governo se preocupa em fomentar as exportações e impedir uma valorização cambial excessiva." Ele reconheceu que a queda do dólar afeta o desempenho das exportações, mas evitou repetir a crítica que fazia no passado: as altas taxas de juros seriam as principais responsáveis pela atração de capital especulativo, o que enfraquece a moeda norte-americana.

Lula teme que o fortalecimento do real prejudique as exportações de produtos manufaturados. Na semana passada, o presidente se reuniu com economistas de fora do governo, que o alertaram para possíveis danos ao comércio exterior, o que poderia levar a uma deterioração das contas externas do país. Ele não quer que um dos seus maiores trunfos econômicos, a diminuição da vulnerabilidade externa do país, corra o risco de ruir. As indústrias têm feito um forte lobby para que o governo adote novas medidas com a intenção de deter a queda do dólar. Com o real forte, as importações estão crescendo neste ano a um ritmo de 55% e as exportações, 10%.